

De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política

– David Maciel*

Em oito anos o governo Lula foi capaz de repor e consolidar o neoliberalismo como programa político do bloco no poder; atraindo para a hegemonia do capital financeiro o apoio ativo das principais organizações do mundo do trabalho, e o apoio passivo das enormes massas de trabalhadores desorganizados, por meio do *lulismo* e das políticas sociais compensatórias. Além disso, a adesão do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) ao neoliberalismo moderado esvaziou significativamente a perspectiva anti-autocrática e anti-neoliberal alimentada pelo conjunto da esquerda e pelos movimentos sociais nos últimos 20 anos, contribuindo poderosamente para seu isolamento político e social.

Esta situação permitiu que o eixo da luta de classes no Brasil girasse ainda mais para a direita, condicionando o processo de disputa nas eleições presidenciais de 2010 e a própria dinâmica da luta política durante o primeiro ano do governo Dilma Roussef. Este segundo aspecto foi ainda determinado pelo agravamento da crise econômica mundial e pelo seu impacto na economia brasileira, possibilitando o retorno de práticas identificadas com o neoliberalismo extremado e uma forte ofensiva política e econômica sobre os trabalhadores e os movimentos sociais. De fato, tal deslocamento do eixo político expressa um processo de reforço dos elementos autocráticos presentes na institucionalidade política e na própria ossatura do Estado burguês brasileiro, para usarmos os conceitos de Fernandes (1987), configurando no plano interno uma situação de esvaziamento ainda maior do conteúdo político do regime democrático, semelhante ao que vem ocorrendo em outros países com o agravamento da crise e a imposição dos interesses do capital financeiro internacional em outros países. Nos limites deste trabalho, tentaremos avançar a hipótese de que o período iniciado com o terceiro mandato presidencial do PT configura uma nova fase da hegemonia neoliberal no Brasil, marcada pelo acirramento dos elementos mais repressivos e exclusivistas da dominação burguesa, com necessárias conseqüências no plano da luta política e no próprio conteúdo da hegemonia burguesa.

As eleições de 2010.

As eleições presidenciais de 2010 transcorreram em conformidade com a nova configuração assumida pela hegemonia burguesa durante o governo Lula, pois o processo de disputa e debate foi plenamente determinado pelo horizonte neoliberal. Isto permitiu que além da polarização entre as duas variantes do projeto neoliberal, a moderada, representada pela candidatura governista de Dilma Roussef (PT), e a extremada,

representada pela candidatura de José Serra PSDB (Partido da Social-democracia Brasileira), prevalecessem os temas caros ao conservadorismo político na campanha eleitoral e emergisse uma terceira grande candidatura de perfil neoliberal, de Marina Silva (Partido Verde). Aqui faremos um breve parêntese para esclarecer que entendemos por extremada a versão mais radicalizada do neoliberalismo, marcada pela privatização do setor produtivo estatal, pela transferência para o mercado do controle e da regulação de setores econômicos essenciais, como no caso das agências reguladoras; pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas; por cortes significativos nos gastos sociais públicos e no serviço público. No Brasil historicamente, tais elementos caracterizam especialmente os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (BOITO JR. 1999). Sem romper com os fundamentos econômicos do programa neoliberal na periferia do capitalismo – superávit primário, regime de metas de inflação, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado, abertura financeira e comercial – a versão moderada do neoliberalismo atenua ou mesmo reverte parcialmente diversas das características da versão extremada, ampliando as políticas sociais compensatórias; retomando a capacidade de financiamento do setor produtivo pelo Estado ou chegando mesmo a ampliar os serviços sociais públicos e o próprio quadro de pessoal do serviço público. No caso brasileiro, o governo Lula (2003-2010) pode ser identificado com a versão moderada do neoliberalismo (MACIEL, 2010).

A candidatura de Marina Silva, fundadora do PT e ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, atraiu o apoio de parcela expressiva do eleitorado, particularmente de classe média, descontente com as denúncias de corrupção e com o “pragmatismo” do governo Lula e/ou com o elitismo e a pouca sensibilidade social demonstrados pelos governos anteriores do PSDB. Defendendo um modelo de desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável, mais recente mistificação burguesa, e o combate à corrupção, a candidatura Silva emergiu como alternativa às duas candidaturas predominantes, colocando-se no campo da oposição ao governo ao lado de Serra, mas sem criticar os fundamentos neoliberais de seus adversários e da própria orientação política predominante no país. Assim, a candidatura do PV assumiu um perfil maleável o suficiente para ser mobilizada pelos setores conservadores contra a candidatura governista e pelo próprio candidato do PSDB para levar a eleição ao segundo turno. Sua orientação evangélica e sua posição pessoal contra o aborto foram utilizados para atrair o apoio de diversas igrejas pentecostais e fustigar as posições de Rouseff sobre a questão e mesmo seu passado de militância na luta armada contra a Ditadura Militar. Paralelamente, a esquerda socialista foi incapaz de se unificar numa candidatura única, dividindo-se entre as candidaturas de Plínio de Arruda Sampaio (Partido Socialismo e

Liberdade), José Maria de Almeida (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), Ivan Pinheiro (Partido Comunista Brasileiro) e Rui Costa Pimenta (Partido da Causa Operária). Mais uma vez prevaleceram os interesses imediatos das respectivas organizações e a incapacidade de avançar um programa anti-neoliberal e anti-capitalista comum, capaz de gerar fissuras na hegemonia neoliberal e mobilizar as classes trabalhadoras. As quatro candidaturas juntas sequer obtiveram 1% dos votos, o pior resultado da esquerda socialista desde as eleições de 2002, evidenciando as enormes dificuldades de inserção junto à massa da população e a debilidade do discurso anti-neoliberal.

O crescimento da candidata do PV nas pesquisas de intenção de votos e a expressiva votação recebida por ela no primeiro turno (19,33%) fizeram a campanha eleitoral guinar ainda mais para a direita, levaram as eleições para o segundo turno e deram um novo fôlego à candidatura neoliberal extremada de José Serra; que então radicalizou o discurso direitista e moralista para atrair o eleitorado conservador de Marina Silva. Temendo não conquistar parte dos votos dados ao PV no primeiro turno, Rousef aceitou a pauta conservadora imposta pela oposição de direita e pela mídia à campanha, chegando a recuar de posições progressistas assumidas anteriormente, como na questão do aborto.

Tal situação colocou o conjunto da esquerda e os movimentos sociais ainda mais sob a chantagem do “mal menor” (“ruim com Dilma, pior com Serra”), conferindo um apoio militante à Rousef, porém, sem que esta fosse forçada a assumir qualquer contrapartida em seu programa de governo, prevalecendo apenas o compromisso com a continuidade em relação ao governo de Lula. A espécie de “carta branca” oferecida pela esquerda e os movimentos sociais à candidata governista fortaleceu ainda mais o conteúdo neoliberal de todo o processo de disputa. Estas condições determinaram que a vitória da candidatura petista no primeiro (46,91% dos votos) e no segundo turnos (56,05%) se desse numa situação de deslocamento do eixo político ainda mais para a direita, se compararmos as eleições presidenciais de 2010 com as de 2002 e de 2006; o que favoreceu enormemente a adoção de medidas de caráter neoliberal extremado pelo novo governo logo em seus primeiros dias (TSE, 2010).

Rumo ao neoliberalismo extremado.

A eleição de Rousef significou a vitória da perspectiva de continuidade e da orientação neoliberal moderada no governo federal, alimentando as ilusões, motivadas pelo próprio discurso governista (POCHMANN, 2010; LULA e LIMA, 2007), de que no terceiro mandato o PT consolidaria o projeto “social-desenvolvimentista” em curso desde

o primeiro mandato de Lula. No entanto, já em suas primeiras medidas o governo mostrou serem ilusórias estas expectativas, alimentadas principalmente pelo caráter superficialmente radicalizado que a eleição presidencial assumiu em sua última fase. Na verdade, diante do acirramento da crise econômica mundial e dos diversos sinais de saturação da estratégia de fortalecimento do mercado interno como forma de manutenção dos índices de crescimento econômico, o governo recorreu aos métodos típicos do neoliberalismo extremado, ao invés de fortalecer a opção por um novo modelo econômico-social. Frente às dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial, o governo reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica e operacionalizando politicamente o encaminhamento de medidas anti-populares que o governo anterior não foi capaz de realizar. Exemplos disto são a nova reforma da previdência dos servidores públicos, o novo código florestal e a reforma política, como veremos.

Já em fevereiro de 2011 o governo anunciou um corte de 50 bilhões de reais nos gastos para o ano, com incidência não só nos investimentos, mas principalmente nos gastos de custeio (funcionalismo público, despesas previdenciárias, seguro desemprego e abono salarial, etc.) (PORTAL BRASIL, 2011a). Em recente entrevista, o próprio ministro da Fazenda defende que a política de cortes foi uma das principais medidas para conter a contaminação da economia brasileira pela crise mundial, indicando que também no Brasil a solução vislumbrada para a crise é a aplicação de doses mais intensas do receituário neoliberal (CARVALHO, 2012, p. 44-49). Em agosto o governo anunciou mais um corte nos gastos aumentando a meta de superávit primário para 2011 de 117,8 bilhões para 127, 8 bilhões de reais (ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2011). Meta esta devidamente superada, representando uma economia de 3,3% do PIB em 2011, índice superior ao de 2010, que ficou em 2.78%. Em fevereiro de 2012 novo corte foi anunciado, desta vez de 55 bilhões de reais, incidindo sobre os mesmos setores, prioritariamente sobre a saúde e a segurança pública (COBUCCI, 2012).

Alegando urgência nas obras de ampliação e modernização dos principais aeroportos o governo decidiu privatizar parte deles concedendo seu controle a empresas particulares, inclusive estrangeiras, por prazos entre 30 e 20 anos, em troca das mesmas assumirem a realização da empreitada. No entanto, logo em seguida abriu linhas de crédito de até 80% do montante dos investimentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar as obras (SEVERO, 2012, p. 9). O mesmo modelo vem sendo adotado na concessão de rodovias e

hidrelétricas. Paralelamente, o aumento da taxa de juros como mecanismo central de política econômica foi novamente acionado. De janeiro a julho de 2011 a taxa de juros subiu seguidamente de 10,75% para 12,5% ao ano, a maior alta desde março de 2009. Diante do intenso aperto causado no crédito o governo retrocedeu e iniciou uma trajetória de queda moderada da taxa de juros, atualmente em 10,5%, ainda é uma das mais altas do mundo. De acordo com dados prévios apresentados pelo Banco Central, o PIB cresceu apenas 2,78% em 2011, quase um ponto percentual abaixo do inicialmente esperado, com a inflação chegando ao teto da meta, 6,5%. O superávit de US\$ 29 bilhões na balança comercial atingido em 2011 se deveu fundamentalmente à exportação de *commodities*, pois a balança comercial de manufaturados apresentou déficit de 94 bilhões, revelando uma tendência consistente, pois em 2010 o déficit foi de 70 bilhões e em 2009 de 36 bilhões (CINTRA, 2011a, p. 38-40).

Frente a esta realidade, em agosto o governo anunciou a chamada “nova política industrial”, que se limita a reduzir os custos do capital por meio da renúncia fiscal e estimular novos investimentos facilitando o acesso aos recursos do BNDES e outras formas de financiamento público. Política esta complementada pela tendência à desvalorização cambial e pela recente elevação em 30% do imposto sobre os automóveis importados ou com mais de 65% de seus componentes importados, numa tentativa de conter as despesas externas e estimular as exportações (PORTAL BRASIL, 2001b).

Mais uma vez, diante da situação de extrema vulnerabilidade externa, que torna o impacto da crise mundial ainda mais ameaçador, o governo recorreu ao receituário neoliberal mais duro, evidenciando seu compromisso orgânico com os interesses do grande capital, particularmente do capital financeiro, em detrimento das classes trabalhadoras, pois o corte de despesas, a maioria delas de caráter social, foi devidamente contra-arrestado pelo aumento automático na dívida pública motivado pela alta dos juros. A manutenção dos gastos com os programas das políticas sociais compensatórias, como “Bolsa Família” e “Brasil sem miséria”, faz parte da estratégia de conquista do apoio passivo das massas trabalhadoras desorganizadas, manifesto no índice *record* de aprovação no primeiro ano de mandato obtido pela presidente em 2011, o que mostra que o chamado *lulismo* (SINGER, 2009) continua a operar em favor da hegemonia neoliberal. Nestas iniciativas se vislumbra o verdadeiro conteúdo do pretense “social-desenvolvimentismo” dos governos Lula e Dilma Rousseff, ou seja, políticas meramente indutivas baseadas na renúncia fiscal e no financiamento público e voltadas para fortalecer a inserção internacional das empresas imperialistas do país, brasileiras ou não, e para atender à administração cotidiana da crise. Nada que assemelhe a um projeto de médio e longo prazo, baseado na força regulatória do Estado, na participação popular e

orientado por uma perspectiva de desenvolvimento nacional, distribuidor de renda e socialmente inclusivo. No caso do governo Dilma Roussef isto se torna ainda mais evidente, pois se durante os dois mandatos de Lula a situação internacional favorável permitiu taxas de crescimento econômico inéditas desde os anos 80, que por sua vez tornaram possível a redução dos níveis de desemprego, um pequeno aumento da renda salarial e um tímido movimento de distribuição de renda (QUADROS, 2010, p. 66-69); a atual crise mundial mudou este quadro, fazendo o governo retroceder à aplicação nua e crua do receituário neoliberal.

Revelando o conteúdo neoliberal de sua orientação econômica, atualmente o governo propõe-se a realizar mais uma reforma previdenciária, desta vez impondo aos servidores públicos o mesmo teto de benefícios válido para os trabalhadores da iniciativa privada e direcionando a maior parte da contribuição do funcionalismo público federal para um megafundo de pensão, que agirá no mercado financeiro como qualquer outro fundo privado (CINTRA, 2011b, p. 34-36). É a vitória final do rentismo e da especulação financeira sobre o sistema previdenciário criado pela Constituição de 1988.

Apesar destas medidas, o impacto da crise mundial sobre a economia brasileira tem crescido significativamente, contrariando o argumento de que o país está imune, pois a política econômica nada mais fez do que aprofundar o receituário neoliberal e aumentar a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Sinais disso são o crescimento exponencial do déficit da balança comercial no setor industrial nos últimos anos, o crescimento do volume de investimento estrangeiro direto e o baixo índice de crescimento econômico em 2011 (CALLEGARI, 2012, p. 22-24).

Regressão política e democracia para o capital.

Nos marcos da hegemonia neoliberal vigente e da própria institucionalidade autocrática, o aprofundamento da orientação neoliberal extremada por parte do governo do PT favorece a passividade das massas trabalhadoras desorganizadas diante dos efeitos da crise econômica e social, de um lado, e a criação de uma situação política e ideológica francamente hostil às reivindicações democráticas e populares, aos movimentos sociais e à esquerda socialista. A seguir apontaremos alguns elementos que evidenciam esta situação e fundamentam a hipótese deste trabalho.

No plano das relações entre o Estado e os trabalhadores organizados predomina uma intolerância tipicamente autocrática que em diversos casos beira o fascismo, com a aplicação sem rebuços da violência policial amparada em decisões de um sistema judiciário crescentemente hostil aos movimentos sociais e suas formas de luta, de que são exemplos o tratamento dado à greve dos estudantes da USP, em novembro de 2011, e a expulsão de milhares de famílias de sem-teto da área do Pinheirinho, em São José dos

Campos (SP), em janeiro de 2012 (MARTINS e VIEIRA, 2012, p. 26-29). Independentemente da coloração partidária, do governo federal a diversos governos estaduais e municipais prevalece uma postura de criminalização dos movimentos sociais e de indiferença às suas reivindicações, proliferando sentenças de despejo e reintegração de posse; ilegalidade de greves, principalmente as de servidores públicos; multas à sindicatos; processos criminais contra lutadores sociais; sem falar na “demonização” efetuada pela grande mídia. Ressuscitando o argumento da Ditadura Militar contra a organização e mobilização dos servidores públicos, o governo federal, mas também os governos estaduais e municipais, utiliza largamente a legislação que proíbe as greves em serviços essenciais com o intuito de quebrar a resistência de um dos setores mais organizados do mundo do trabalho às medidas neoliberais propugnadas pelo capital e seus funcionários como saídas para a crise (CARRANO, 2011, p. 7).

Outro elemento desta postura anti-popular é o tratamento dado pelo governo e seus aliados à questão agrária. Em relação à reforma agrária, o Governo Rouseff tem tido um desempenho ainda pior do que o governo Lula, por sua vez marcado por tímida política de assentamentos. Segundo dados do próprio INCRA, em 2011 apenas 22 mil famílias foram assentadas, num total de 117 assentamentos, o que equivale a uma redução de 44% em relação à 2010. É o pior resultado em 16 anos (LIMA, 2012). Enquanto isto, o governo não só nunca atualizou os índices de produtividade da terra, antiga reivindicação dos movimentos de luta pela terra, como apoiou uma proposta de reforma do Código Florestal que estimula o desmatamento, absolve os que cometeram crimes ambientais e favorece o avanço da fronteira agrícola de acordo com a perspectiva concentracionista e predatória do agro-negócio (GOULART, 2011, p. 10).

Na questão dos direitos humanos, particularmente no tocante ao problema dos desaparecidos políticos e da punição aos torturadores da Ditadura Militar, o governo acatou o veto dos militares a qualquer investigação efetiva dos crimes cometidos. Isto por que criou uma Comissão da Verdade com apenas sete pessoas, inclusive dois militares, encarregada de apurar todos os crimes contra os direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, tirando o foco dos crimes cometidos especificamente durante a Ditadura. Além disso, a Comissão não tem poder para punir nenhum acusado, apenas de apurar e tornar públicos os fatos relacionados aos crimes (TAVARES, 2011, p. 7). Assim o governo Rouseff submeteu uma demanda histórica do movimento dos direitos humanos e dos familiares de mortos e desaparecidos a uma operação transformista bem sucedida (GRAMSCI, 2002), esvaziando seu conteúdo anti-autocrático e a própria legitimidade política da demanda.

No plano da política institucional, sucessivas denúncias de corrupção levaram à queda de diversos ministros e funcionários vinculados aos partidos da base aliada à direita e à esquerda. No entanto, o governo age reforçando ainda mais sua opção por alianças à direita, seja loteando os cargos vagos com os mesmos partidos dos denunciados, indicando que o problema da corrupção e do fisiologismo é individual, não sistemático; seja atraindo até mesmo o apoio de forças políticas que estiveram com a candidatura Serra na última eleição, como, por exemplo, a recente aproximação com o PSD de Kassab. A proposta de reforma política feita pelo governo e pelo PT caminha neste sentido, ao privilegiar e fortalecer o processo de oligarquização do quadro partidário brasileiro e, por sua vez, o monolitismo neoliberal, pois tende a reforçar os grandes partidos da ordem. Em nome do combate ao uso e abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais e à pluralização dos “partidos de aluguel” propõe-se uma série de constrangimentos que em última instância dificultarão a participação política das forças populares como a cláusula de barreira; o fim de coligações para cargos proporcionais e a inelegibilidade dos condenados por crimes de diversas naturezas - entre eles os crimes contra o patrimônio e a administração pública, dos quais tem sido indiciados pela justiça os lutadores sociais que participam de ocupações de terra, de áreas urbanas e de órgãos públicos. Mesmo o financiamento público de campanha é baseado no desempenho eleitoral dos partidos e de sua representação na Câmara dos Deputados, fortalecendo ainda mais o eleitoralismo e o privilegiamento da inserção institucional entre os partidos de esquerda e os movimentos sociais (PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REFORMA DO SISTEMA POLITICO NO BRASIL, 2009).

Estas iniciativas não afastam a ameaça de aprofundamento da crise e nem a possibilidade de agudização do conflito social e político, porém, indicam que a transição do neoliberalismo moderado para o extremado, inscrita no próprio horizonte da hegemonia burguesa vigente no Brasil, requer o uso intensificado dos elementos autocráticos vigentes no Estado e na própria ordem social. Indicam também que o compromisso dos governos petistas com o neoliberalismo moderado parece ser muito mais circunstancial do que orgânico e coloca de modo premente para os trabalhadores a necessidade de romper com esta espécie de “círculo vicioso” que tem pautado a política brasileira nos últimos anos.

Referências:

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã, 1999.

BORGES, Laryssa. “Governo faz economia de 93,5 bilhões e cumpre meta de 2011”. Portal Terra. 27/01/2012. http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201201271608_TRR_80781248, acessado em

CALLEGARI, Lucas. “Nuvens na bola de cristal”. *Carta Capital*, São Paulo, p. 22-24, 1º de fevereiro de 2012.

CARRANO, Pedro. “Lei de greve: uma barricada patronal”. *Brasil de Fato*, São Paulo, p. 7, 10 a 16 de novembro de 2011.

CARVALHO, Luiz Maklouf. “Dilma vai manter o número de ministérios - Entrevista com Guido Mantega”. *Época*, Rio de Janeiro, p. 44-49, 16 de janeiro de 2012.

CINTRA, Luiz Antônio. “A hora de reativar a economia”. *Carta Capital*, São Paulo, p. 38-40, 23 de novembro de 2011, 2011a.

_____. “A mãos no vespeiro”. *Carta Capital*, São Paulo, p. 34-36, 30 de novembro de 2011, 2011b.

COBUCCI, Luciana. “Governo classifica corte de R\$ 55 bi de ‘ousado’”. Portal Terra. 15/02/2012. http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201202151820_TRR_80861626, acessado em 15/02/2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. volume 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOULART, Marcelo Pedroso. “A contrarreforma ambiental”. *Brasil de Fato*, São Paulo, p. 10, 29 de dezembro de 2011 a 4 de janeiro de 2012.

LIMA, Wilson. “Número de assentados no primeiro ano de Dilma é o menor em 16 anos”. Último Segundo, 01/02/2012, <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/numero-de-assentados-no-primeiro-ano-de-dilma-e-o-menor-em-16-an/n1597608549056.html>, acessado em 01/02/2012.

LULA, Edla e LIMA, Daniel. “Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega”. AGÊNCIA BRASIL, 06/09/2007. <http://agenciabrasil.abc.com.br/noticia/2007-09-06/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega>, acessado em 5 de janeiro de 2012.

MACIEL, David. “Melhor impossível: a nova etapa da hegemonia neoliberal sob o governo Lula”. *Universidade e Sociedade*, número 46, Brasília –DF: Andes-SN, junho de 2010, p. 120-133.

MARTINS, Rodrigo e VIEIRA, William. “A truculência como padrão”. *Carta Capital*, São Paulo, p. 26-29, 1º de fevereiro de 2012.

PLATAFORMA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A REFORMA DO SISTEMA POLITICO NO BRASIL. *Por uma reforma política ampla, democrática e participativa*. Inesc, 2009.

POCHMANN, Márcio. “Do neoliberalismo ao social-desenvolvimentismo”. Portal do DIAP, 2010, <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/12144-marcio-pochmann-do-neoliberalismo-ao-social-desenvolvimentismo>, acessado em 4 de janeiro de 2012.

PORTAL BRASIL. “Governo detalha corte de R\$ 50,1 bilhões no Orçamento de 2011”. Portal Brasil, 28/02/2011. 2001a. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/28/governo-detalha-corte-de-r-50-1-bilhoes-no-orcamento-de-2011>, acessado em 4/5/2011.

_____. País ganha nova política industrial. 02/08/2011. Portal Brasil, 2001b. <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/08/02/pais-ganha-nova-politica-industrial>, acessado em 7/9/2011.

QUADROS, Waldir. Um passo atrás. *Carta Capital*. São Paulo, São Paulo, p. 66-69, 13 jan. 2010.

SEVERO, Leonardo Wexell. “BNDES dá asas à desnacionalização dos aeroportos brasileiros”. *Brasil de Fato*, São Paulo, p. 9, 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2012.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. São Paulo, nº 85, p. 83-102, dez. de 2009.

TAVARES, Joana. “Comissão de vagas lembranças, meias verdades e absoluta injustiça – Entrevista com Aton Fon Filho”. *Brasil de Fato*, São Paulo, p. 7, 6 a 12 de outubro de 2011.

TSE. *Eleições 2010*. www.tse.org.br

ÚLTIMAS NOTÍCIAS. “Governo Federal anuncia aumento da meta de superávit primário para 2011”. Uol. 29/08/2011. <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/08/29/governo-federal-anuncia-aumento-da-meta-de-superavit-primario-para-2011.jhtm>, acessado em 28/08/2011.

* David Maciel é professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG.

PÓS-ESCRITO (03/07/2013)

O texto acima foi escrito em meados de 2012. De lá para cá o “circulo vicioso” descrito acima se manteve com poucas variações, sem evitar o agravamento da crise econômico-social, manifesta no baixíssimo crescimento do PIB, na manutenção da inflação em patamares elevados, na intensificação da vulnerabilidade externa e no ligeiro crescimento dos níveis de desemprego total nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Diante deste quadro as medidas tomadas pelo governo variaram da manipulação da taxa de juros para conter a inflação e novos pacotes de renúncia fiscal para estimular o consumo à planos de investimento baseados no “modo petista de privatizar”, ou seja, as parceria público-privadas. No plano político continuaram os acordos fisiológicos com os partidos de direita para viabilizar a “governabilidade” (Renan Calheiros na presidência do Senado e Henrique Alves na Câmara, Marco Feliciano na comissão de direitos humanos, Afif Domingos no ministério da micro e pequena empresa, etc.), enquanto o governo desprezava olímpicamente as demandas dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos federais.

Paralelamente, os sinais de descontentamento com a “paz neoliberal” e de agudização do conflito político-social se intensificaram, indicando o acirramento das contradições sociais e anunciando o verdadeiro “levante popular” iniciado em maio deste ano. Entre estes sinais destacam-se as iniciativas dos movimentos sociais de urgência e o grande volume de greves em 2012 (873), *record* desde 1996; com destaque para a prolongada greve dos servidores públicos federais, contra quem o governo demonstrou sua concepção de “melhoramento” dos serviços sociais públicos: aumento da carga de trabalho, achatamento salarial e precarização das condições de trabalho. Especialmente com os professores e técnico-administrativos das universidades federais o governo atual superou até mesmo a sanha neoliberalizante do falecido Paulo Renato (ministro de FHC), aprovando uma nova reforma da previdência e a desestruturação da carreira docente.

Neste sentido, o levante popular atual não é um “raio em dia de céu azul”, mas a síntese de um conjunto de mobilizações e iniciativas reivindicatórias produzidas por diversos segmentos das classes trabalhadoras e a expressão mais visível dos limites hegemônicos do neoliberalismo e do lulismo nas atuais condições do capitalismo brasileiro. Apesar da presença significativa de setores da classe média conservadora e de suas bandeiras e palavras de ordem nos momentos mais massivos, algumas de caráter explicitamente fascista, os protestos e manifestações iniciados em maio deste ano expressam um conteúdo fundamentalmente popular e anti-neoliberal. Originado da luta por um transporte público gratuito e de qualidade, demanda tipicamente proletária, mas

com forte componente universalizante por conta de sua centralidade no processo de reprodução do capital e da vida urbana, o movimento de protesto rapidamente se espalhou por todas as capitais e maiores cidades do país, denunciando as políticas neoliberais de precarização dos serviços sociais e de financiamento público da acumulação capitalista privada (renúncia fiscal, parcerias público-privadas, obras para os eventos esportivos, financiamentos do BNDES) por meio da defesa explícita e direta de mais verbas e qualidade para a saúde e a educação e da crítica à corrupção.

Não espanta que o comportamento da grande mídia tem sido o de criminalizar os setores mais combativos e de tentar pautar os movimentos com sua agenda “cívico-moralista” dirigindo-a contra o governo federal. Sem muito êxito, pois as manifestações e o enfrentamento com as forças repressivas continuaram mesmo depois que as tarifas do transporte público foram congeladas ou reduzidas em diversas cidades e parte da classe média deu-se por satisfeita e resolver voltar para casa. Além disso, o predomínio da horizontalidade e da democracia direta no interior dos movimentos que lideraram as manifestações organicamente e a própria forma política de encaminhamento da luta – passeatas massivas, fechamento de vias públicas, protestos e “esculacho” diante de órgãos públicos e “templos do capital”, depredações e enfrentamento com a polícia – apresentaram-se diante de vastos segmentos sociais como o caminho alternativo de mobilização e defesa de interesses em relação à política institucional e suas instâncias (processo eleitoral, partidos, sindicatos e ONGs), regidas pela lógica autocrática do poder econômico e da passivização do conflito político.

Esta situação obrigou as forças institucionais a se moverem para além da simples repressão e criminalização ideológica, levando governos e partidos a declararem apoio ou a se mostrarem “sensíveis” às reivindicações. Neste aspecto quem mais se movimentou foi o governo Dilma Roussef, propondo um pacto político cuja pauta não foge do receituário neoliberal, apesar de comprometer-se com mais dinheiro para a saúde e a educação e com um plano de mobilidade urbana. Combater a corrupção com maior responsabilidade fiscal e propor uma assembléia constituinte para discutir uma reforma política cuja proposta é fundamentalmente autocrática, como afirmamos no texto acima, só pode soar como uma piada de mau gosto. O Congresso e os partidos também se movimentaram, recusando a PEC 37 e o projeto de “cura gay”, além de aprovar o direcionamento dos royalties do petróleo para a saúde e a educação. No entanto, nestas iniciativas reside um perigo importante para os trabalhadores e seus movimentos, pois em reação aos comportamentos fascistas presentes em algumas manifestações e às bravatas golpistas emitidas pelos saudosos de 1964 não poucas organizações do mundo do trabalho se dispuseram a encampar estas propostas e a ver

nisto uma chance para ganhar influência e forçar o governo a abandonar o neoliberalismo, reeditando a historicamente superada tese de que o governo está em disputa.

Esta posição pode abrir caminho para uma nova operação transformista, que esvazie o protesto popular e o canalize unicamente para a luta institucional, particularmente para o processo eleitoral de 2014, e reponha o neoliberalismo moderado e o lulismo como mecanismos de manutenção da hegemonia burguesa nas atuais condições. Diante desta possibilidade, já há no governo e no PT quem defenda a restauração de um lulismo sem intermediários, como a candidatura de Lula à presidência já em 2014. Diante deste quadro e sem recusar por princípio o necessário momento da mediação política, os trabalhadores só podem sair desta armadilha se aprofundarem as formas de organização e mobilização desenvolvidas no levante popular e avançarem uma pauta aberta e claramente anti-neoliberal e mesmo anticapitalista. Se o processo político-social se desdobrar neste sentido, podemos afirmar que o atual levante popular marca o encerramento do período histórico iniciado com a eleição de Lula em 2002 e o início de um novo período e de uma nova correlação de forças, que imporá crescentes dificuldades para a manutenção do neoliberalismo e a reprodução da hegemonia burguesa no Brasil. Se não, tudo indica que teremos mais, e pior, do mesmo.